

cadernos do

CREA-PR

Série de fascículos sobre ética, responsabilidade, legislação, valorização e exercício das profissões da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia no Paraná.

n.º 6

RESPONSABILIDADE SOCIAL

do engenheiro,
do arquiteto,
do engenheiro agrônomo.

VERA LUCIA DE CAMPOS CORRÊA SHEBALJ

Arquiteta e Urbanista

Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho

EM BRANCO

Responsabilidade Social
do Engenheiro, do Arquiteto
e do Engenheiro Agrônomo

CURITIBA - 2008

Gestão 2008

PRESIDENTE: Eng. Agrônomo Álvaro José Cabrini Júnior

1º VICE-PRESIDENTE: Eng. Civil Gilberto Piva

2º VICE-PRESIDENTE: Eng. Civil Sérgio Astir Dillenburg

1º SECRETÁRIO: Arq. Agostinho Celso Zanelo de Aguiar

2º SECRETÁRIO: Eng. Mecânico Pedro Maia Filho

3º SECRETÁRIO: Eng. Agrônomo Carlos Scipioni

1º TESOUREIRO: Eng. Civil Joel Kruger

2º TESOUREIRO: Eng. Agrônomo Natalino Avance de Souza

DIRETOR ADJUNTO: Técnico em Eletrônica Waldir Aparecido Rosa

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENG. MECÂNICA: Eng. Mecânico José Carlos Wescher

CÂMARA ESPECIALIZADA DE GEOLOGIA E ENG. DE MINAS: Geólogo Fernando Scholl Bettega

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENG. QUÍMICA: Eng. Químico Renê Oscar Pugsley Júnior

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENG. CIVIL: Eng. Civil Francisco José Teixeira Coelho Ladaga

CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA: Eng. Agrônomo Paulo Gatti Paiva

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENG. ELÉTRICA: Eng. Eletricista Antonio Carlos Dequech José

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ARQUITETURA: Arquiteta Anelise Gomes Wielewicki Matos

Cadernos do CREA-PR

N.º 1 - Ética e Responsabilidade Profissional

N.º 2 - Ética e Direitos Profissionais

N.º 3 - Ética e Organização Profissional

N.º 4 - Acessibilidade: Responsabilidade Profissional

N.º 5 - As Entidades de Classe e a Ética Profissional

APRESENTAÇÃO

Ao longo destes últimos anos, nossos esforços, quer institucionais, quer pessoais, têm se voltado, com destaque, para uma maior humanização das profissões tecnológicas. Os primeiros resultados são palpáveis quando vemos e ouvimos nossos colegas priorizarem não apenas as dimensões técnicas, lógicas, métricas e formais de sua realização, mas o destinatário de seu trabalho cotidiano: o Homem.

Assim são nossas profissões, assim elas têm sido vistas por nós mesmos. Algo eminentemente humano.

O presente texto de Vera Lúcia é mais uma preciosa contribuição para a informação, a reflexão e a conscientização de nossos profissionais e acadêmicos, bem como de suas organizações, visando juntar esforços nesta direção. Contribui à medida que esclarece, conceitua e, por fim, demonstra a enorme lacuna que existe em nossa leitura e na didática da importância social de nossas ações técnicas.

Seu estilo é ímpar. Algo bem diferente do estilo frio e seqüencial dos textos de relatórios, manuais e programas a que estamos acostumados em nossa literatura técnica cotidiana. O que era originalmente uma dissertação de pós-graduação é reapresentado como leitura monográfica para técnicos, sem necessariamente utilizar-se da linguagem tecnicista.

Na primeira parte de seu texto vem o conteúdo informativo. O leitor poderá ter uma clara definição do que é Responsabilidade Social e de como esta idéia vem sendo desenvolvida e praticada no Brasil hodiernamente. Com uma certa ousadia, a autora aponta o dedo em nossa direção e afirma que isto é um dever profissional nosso. E ela está certa, pois que somos efetivamente responsáveis pelo alcance social de nossas ações e seus efeitos.

Na segunda parte faz uma relação exaustiva das profissões que compõem nossa constelação de ofícios científico-tecnológicos. Algo a princípio assustador pela extensão, mas demonstrativo da diversidade que se constitui nossa organização profissional tecnológica. Que concluir deste rol, então? Que ninguém está fora deste dever, pois que todos somos signatários pactuantes na construção de nossos valores morais e na conseqüente positivação deontológica.

Na seqüência analisa o currículo escolar de três destas formações. Escolhidas como exemplo, prestam-se para sugerir que as nossas academias estão ainda incipientes na disseminação da consciência ético-social entre seus graduandos.

Conclui com um veemente apelo para o despertar de consciências em direção da necessária sociabilização de nossas práticas, desde a formação familiar, passando pela escola, até o mundo do trabalho.

É um texto para ser lido - principalmente em suas entrelinhas - refletido, discutido e criticado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DO PROFISSIONAL

Objetivo

O trabalho versa sobre Responsabilidade Social, seu conceito, legislação, a forma voluntária, a empresarial e seu conhecimento no processo de formação do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo.

Nosso estudo recai sobre a formação destes profissionais inserindo suas grades curriculares, relatando por fim, os preceitos deste gregário social.

A opção pelo tema surge na medida em que a realidade social desperta para uma nova mentalidade e exige posturas, não somente do profissional vinculado ao sistema CONFEA / CREA, mas da sociedade como um todo.

Cada um de nós tem que fazer alguma coisa, por mais simples que seja, antecipando-se aos problemas, agindo e não reagindo.

Prólogo

Quantos de nós, desta seleta sociedade de profissionais liberais que somos, que pensamentos e até em extensão, atitudes consoantes à questão social temos tido?

Será, que algumas vezes?

A que intervalo?

Lembramos que não faz muito tempo, até chegamos a dividir o doce que possuíamos ou precariamente o que tínhamos naquele momento.

É passado, no presente esquecemos do que nos impedia a tal. E o futuro? O que nos espera?

O ser humano é essencialmente egoísta e no mundo em que vivemos, deveras competitivo, incitados à concorrência, não nos permitindo sequer parar para auxiliar ou mesmo estender as mãos, como meras ações sociais.

Portanto devemos e certamente podemos não somente, não obstante o alicerce vivo e profundamente enraizado de conhecimentos, potencializado pela técnica e ciência, ainda assim omitir atitudes de nossa mais pura essência.

Existe a necessidade de se questionar as funções e nossa participação na sociedade, principalmente sentindo que seria muito útil ao país alcançar maior inserção social deste profissional.

Ninguém consegue produzir sozinho tudo que precisa para viver e se desenvolver.

Descreve-se, que o perfil da engenharia se estabelece pela capacidade inventiva do homem e destina-se a propiciar meios multiplicadores das funções humanas e o perfil de arquitetura é circunscrito à necessidade humana e social de adequação do espaço habitável, com tudo isto ainda nos restam deveres éticos: para com a sociedade, a classe e a profissão, e uma gama enorme de deveres universais. (arquiteto Jaime Pusch – 2004).

Pretende-se aprofundar o entendimento do significado da responsabilidade social. *Mostrando a importância da Responsabilidade Social no Brasil.*

Analisando a formação e a participação do engenheiro e do arquiteto e do agrônomo na graduação.

Identificar a associação pelo sentimento da Responsabilidade Social do profissional. Sugerir formas participativas.

O que significa responsabilidade social??!!

A definição que gostaríamos de dar é o entrelaçar de mãos para uma sociedade melhor.

Somos de diferentes modalidades e o nosso objetivo deverá ser o de tentar despertar a consciência de que somos uma efetiva e verdadeira engrenagem, tal qual o símbolo de nosso conselho regional.

1. Responsabilidade Social – Conceituação e presença no exercício profissional.

Conceito de responsabilidade social

Esboçamos conceitos nossos e de outros que visam o entendimento de diferentes formas de Responsabilidade Social para fundamentarmos nossa visão.

A palavra responsabilidade deriva do latim responderere, responder. No dicionário Michaellis, responsabilidade é a qualidade de responsável, que responde por atos próprios ou de outrem, que deve satisfazer os seus compromissos ou de outrem.

Estas derivações nos remetem a questões ligadas ao dever, a obrigações, a moral que, por sua vez, nos faz debruçar ao campo da ética. A relação da ética com responsabilidade social está diretamente vinculada aos costumes e hábitos de cada coletividade através de suas crenças e tradições.

Fleta descreve a construção do conceito definindo como um processo dinâmico que reflete o próprio meio social, no qual se entrecruzam diversos fatores de ordem econômica, política e cultural e envolve os diversos segmentos da sociedade – cidadãos, consumidores, organizações públicas ou privadas, comunidades, etc. estreitamente vinculadas à ciência do dever humano que chamamos de ética e voltadas para o desenvolvimento sustentado da sociedade.

No site da Comtexto o ponto de vista empresarial de responsabilidade social significa mais do que uma ação isolada, significa uma filosofia de gestão, um compromisso para toda a vida. Uma empresa socialmente responsável é aquela que é íntegra por inteiro, o que implica em não apenas pagar os impostos, mas em permitir a ascensão pessoal e profissional de seus funcionários, ser ética, fabricar produtos que não prejudiquem o consumidor, o aspecto de não poluir e assim por diante, aqui fazemos um comentário das indústrias bélicas ou tabagistas, dentre outras, a princípio, à luz deste conceito, não devem postular, sob nenhuma hipótese, a condição de empresa socialmente responsável.

Algumas empresas multinacionais que maquiagem produtos, muitos laboratórios farmacêuticos que patrocinam campanhas enganosas, governos que jogam fora o dinheiro do contribuinte, de maneira alguma, podem ser considerados socialmente responsáveis.

Responsabilidade Social tem que ser encarada como algo sério, não se resumindo a ações oportunistas. É o exercício planejado e sistemático de ações, estratégias e a implementação de canais de relacionamento entre uma organização, seu público de interesse e a própria sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social, pelo respeito ao ser humano, independente de suas opiniões e crenças, pela valorização da diversidade cultural e pela defesa irrestrita da liberdade de pensamento e expressão.

A Responsabilidade Social, enquanto vinculada ao processo de gestão, deve ser vista mais do que uma simples prática; deve estar umbilicalmente associada a uma filosofia de negócios que contemple aspectos que extrapolam a mera relação comercial/financeira das empresas.

Ela não se viabiliza, portanto, a partir de uma decisão ou vontade do topo da organização, mas devem permear todos, o seu público e parceiros sendo expressão, pois, da própria cultura da organização englobando a interface com todos os agregados de interesse e a própria sociedade, vista num sentido global.

Ela deve sinalizar a necessidade de uma conduta íntegra, ética, transparente a ser desenvolvida perante a coletividade e em todos os momentos.

Não faz sentido ter produtos excelentes ou resultados financeiros respeitáveis, às custas da agressão ao meio ambiente, da exploração de mão-de-obra infantil ou mesmo pela manutenção de condições de trabalho insatisfatórias.

Para o SENAC responsabilidade social é uma nova maneira de conduzir os negócios da empresa, tornando-a parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social, englobando preocupações com uma comunidade maior indo desde os acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, governo até o meio-ambiente.

A Responsabilidade Social nunca se esgota, pois sempre há algo por fazer, sendo um processo educativo que evolui com o tempo.

As empresas devem desenvolver projetos em diferentes áreas e segmentos e de diversas maneiras. A ética é a base da Responsabilidade social e se expressa através dos princípios e valores adotados pela organização, sendo importante seguir uma linha de coerência ente ação e discurso e não somente um sonho de visionário.

A importância da responsabilidade social no Brasil

A emergência dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais tem feito surgir no Brasil uma série de iniciativas destinadas a garantir a vigência desses direitos.

De uma maneira geral, os movimentos e entidades envolvidos nessas iniciativas têm procurado orientar suas ações no sentido de ampliar o conhecimento em torno do próprio tema, e de estabelecer parâmetros para uma atuação cada vez mais qualificada de monitoramento dos compromissos sociais assumidos internacional-

mente pelo Brasil e garantidos formalmente na Constituição Brasileira, alega Lima Jr.

Encontramos mudanças radicais e singulares a partir da década de 80, tendo em vista não somente o reflexo da velocidade das informações, mas principalmente pela integração dos mercados financeiros com o crescimento do comércio internacional com a chamada globalização.

O Brasil defende Passador, em inúmeras oportunidades ao longo da sua história perdeu a oportunidade de construir um desenvolvimento integral do povo e do país.

Essa dissociação cavou abismos, gerou contrastes e produziu disparidades internas e externas. O Brasil econômico continua muito distante do Brasil social.

O processo de internacionalização da economia local com contínuas aquisições de empresas nacionais por transnacionais e com as acentuadas privatizações realizadas nos últimos anos, torna rápida a incorporação de padrões de produtividade global, afetando fortemente a lógica dos empregos locais.

Cada vez mais é necessário combinar políticas públicas que preservem as áreas modernas e competitivas por padrões internacionais com um esforço permanente de incorporar os setores atrasados, mais intensivos de mão de obra, restando-nos algumas alternativas como a globalização da economia social por meio das organizações não governamentais ou o que chamamos de terceiro setor.

Neste quadro surge grande discussão quanto a prática e o conceito sobre responsabilidade social das empresas e sua forma de concepção junto às organizações brasileiras. Porém o desejo de ajudar a comunidade vem crescendo por parte das empresas brasileiras, uma ampla gama de novos empresários, que viveu o fim do regime militar, que conheceu outros países, está mais bem preparada e se sente na obrigação de colaborar para tornar o país melhor.

Devemos também considerar como bem aborda Passador, o aumento da violência parece ter chegado ao ponto que é impossível fechar os olhos para a vergonhosa disparidade social brasileira.

De uma maneira geral, podemos afirmar que inúmeras empresas realizam algum tipo de ação social no Brasil.

Os empresários em sua maioria consideram que as empresas possuem dimensões econômicas e sociais, embora as sociais, só possam ser planejadas após uma condição satisfatória da economia.

Há um direcionamento das ações realizadas em prol do público interno, é a atuação no binômio: assistência médica e educação.

Infelizmente não há consciência empresarial para a realização de grandes projetos em proveito da comunidade argumenta Montana, percebe-se que para os empresários falta confiança na capacidade de gestão do terceiro setor e também empreendimentos que possam realmente possibilitar a mudança da realidade existente; apesar de que estranhamente existe um fenômeno mundial, em que as empresas vem sendo mais cobradas em seu papel de cidadãs.

Mas mesmo assim, parceiras com o Estado e com a sociedade civil para a construção de uma sociedade mais saudável e justa, ainda está distante da realidade brasileira.

Fernandes argüiu em 2000 uma nova metodologia do Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) promovido pela ONU – Organização das Nações Unidas e pasmem, o Brasil passou do 75º para o 79º lugar classificação geral dos países, em relação ao nível de qualidade de vida que apresentam. Acredito que infelizmente decorridos seis anos desta classificação, o brasileiro não tenha orgulho!

Os critérios desta metodologia estavam ligados à questão da distribuição de renda e, conseqüentemente as decorrentes formas de exclusão social observada nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento – tais como educação, saúde, habitação, nível de empregabilidade, segurança entre outras, áreas por demais críticas em nosso país e que se contrapõem ao processo de desenvolvimento sustentado, atualmente percebido como fator inerente à sobrevivência das diversas organizações da sociedade.

Conclui Fernandes que, a percepção do entendimento de que nenhuma instituição pública ou privada conseguirá se desenvolver em meio a uma massa de excluídos, não-consumidores, não-públicos, não-cidadãos e que a chamada sociedade da informação e do conhecimento não poderá se constituir apenas através de algumas de suas parcelas, antes terá de promover o acesso às informações e ao saber do conjunto social.

E por fim, desfechando a importância da responsabilidade social no Brasil, transcrevo uma parte de um texto de Villela que nos coloca, que a sociedade tem sim, um papel a desempenhar. Esses milhões de brasileiros que amargam na miséria quase que absoluta precisam de solidariedade. A sociedade civil organizada carece, por meio de sindicatos, de entidades religiosas, independentemente de suas denominações, de ONG's e de entidades empresariais, unir-se na busca de mecanismos que permitam levar afeto, esperança e perspectivas a essas pessoas que hoje percorrem uma estrada, caminhando do nada ao nada, num tormento sem fim.

Ou seja, precisamos sair do casulo, pois uma onda gigantesca está se formando em nosso horizonte.

É melhor seguirmos o exemplo deixado por nações e voluntários que se fizeram presentes na tragédia da Ásia.

Chegou a hora de respirar fundo e enfrentar o Tsunami nosso de cada dia...

Legislação

Existe uma cronologia com os principais marcos que demonstram a preocupação com o equilíbrio da humanidade que passa desde 1972 no RELATÓRIO

MEADOWS sobre os limites do crescimento, a CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO, o início da popularização do termo “desenvolvimento sustentável” em 1987, na COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO, a também chamada CIMEIRA DO RIO ou CIMEIRA DA TERRA onde foi adotada a Agenda 21, ou seja, um plano global de ação para ser posta em prática por todos os governos e três convenções,

uma sobre as mudanças climáticas,

outra sobre a diversidade biológica e

a última, sobre a desertificação (ou seja, a degradação de terras nas regiões áridas, semi-áridas, sub-úmidas e secas do planeta; significa a destruição da base de recursos naturais, quase sempre resultante da ação do homem sobre o seu ambiente).

Em 1992, a CIMEIRA DE COPENHAGA ou COPENHAGUE, validando os três pilares do desenvolvimento sustentável - 1995, o TRATADO DE AMSTERDÃO ou AMSTERDÃ em 1997, reforçando a missão de promover este desenvolvimento, a CONFERENCIA DE KYOTO, ou PROTOCOLO DE KYOTO em 1997, onde os países industrializados se comprometem a reduzir o efeito estufa em 5% em relação aos valores de 1990, a CIMEIRA DE LISBOA, 2000 – estratégica para reforçar a coesão social, posteriormente o lançamento pela comissão Européia do LIVRO VERDE em 2001, cujo objetivo era promover um quadro de Responsabilidade Social das empresas, (os consumidores pretendem produtos seguros e de qualidade, e também exigem saber, se eles são fabricados de forma socialmente responsável, um fator que pesa cada vez mais na aquisição de uma mercadoria ou serviço) e finalmente pelo que se tem conhecimento a CIMEIRA DE JOANESBURGO em 2002, dentre outros assuntos, definindo um plano de ação, onde se destacam o combate à pobreza e a gestão dos recursos naturais.

Todos os assuntos se entrelaçam, pois dizem respeito ao homem e seu habitat, e o que percebemos é uma crescente preocupação em estudar, propor e legislar regras para um mundo melhor.

Vamos começar com o voluntariado. No Brasil existe uma Lei de nº 9608 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o serviço espontâneo.

O trabalho voluntário tem sido considerado um fator de motivação e satisfação das pessoas em seu ambiente profissional.

Mas o que é ser voluntário?

É o cidadão que doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira fraterna e não remunerada para causas de interesse social e comunitário.

Trabalho voluntário é uma ação duradoura e com qualidade.

Sua função não é tapar buracos e compensar carências.

A ação voluntária contribui para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Cada ação ao seu modo.

Basta decidir ajudar, escolhendo uma forma de utilizar as aptidões de cada um. Dedicar algumas horas por dia, mês ou por ano, enfim, qualquer fração de tempo, e notem bem é só começar!

A atividade pode ser ocasional ou rotineira. O importante é assumir o compromisso com aquilo que se pode cumprir.

Essa prática cresce no Brasil e podem participar dela de muitas maneiras, objetivas e conscientes. Há um enorme campo, pois o país é carente em praticamente todas as áreas, portanto passíveis e ávidas por receber os conhecimentos e talentos dos que pretendam servir a sociedade.

Mas mesmo um desejo tão espontâneo precisa seguir regras e procedimentos para não mais atrapalhar que ajudar.

É o que explica Leila Lorenzi, coordenadora do portal Filantropia, criado pelos funcionários da Kanitz Associados, em 1998, para facilitar a comunicação entre voluntários e entidades carentes. Segundo Leila, uma das dificuldades do trabalho voluntário é que, em geral, ele é feito sem planejamento e acaba tendo um efeito contrário daquele para o qual se propôs.

O celebrado documento da UNESCO - Aprender para o século XXI, destaca quatro pilares para a educação deste século:

- aprender a conhecer,
- aprender a atuar,
- aprender a viver juntos e

aprender a ser, afirma em seu prólogo que a comissão que a elaborou insiste “especialmente em um dos quatro pilares apresentados e ilustrados como as bases da educação”: o aprender a conviver.

No caso da solidariedade, portanto, as pessoas precisam ser educadas desde a família e, subseqüentemente, pela escolaridade, o que implica em sua inserção nas escolas e na sistematização de ações pedagógicas ao longo de todo o percurso escolar do cidadão.

Heloísa Lück em sua monografia coloca a solidariedade como as contribuições para o desenvolvimento do espírito de humanidade pelo qual, solidariamente nos ajudam uns aos outros a despertar e a desenvolver as dimensões pessoais e sociais que possam nos tornar seres humanos plenos, mais conscientes.

Há um resgate destes valores, pois até a bem pouco tempo, uma organização de sucesso era aquela que, fechada em si mesma, procurava preservar e perpetuar seus padrões de qualidade, de modo individual e zeloso.

Profissionais competentes eram aqueles que, se bastavam em si mesmos e julgavam-se bons profissionais, trabalhando isoladamente, porém os tempos mudaram, alteraram-se as demandas sobre as organizações, exigindo delas uma mudança de posturas e de práticas.

A palavra solidariedade vem do latim “solidus” que significa sólido, inteiro e está

associado ao termo grego “holos” que significa inteiro, global e constitui hoje um movimento paradigmático importante de nossa época, o holismo.

O termo solidariedade não representa apenas um ato de bondade daquele que dá ao necessitado, ou o esforço pelo convívio amistoso ou até mesmo amoroso com o próximo, ou o respeito às necessidades dos outros, como em outros tempos fôra o entendimento, chegando o mesmo a ser associado ao assistencialismo.

Muito menos representa a caridade que expressa a superioridade da pessoa que dá, em relação à que recebe.

Esse entendimento de solidariedade, portanto, vê no trabalho de construção de redes e de parcerias, a sua objetivação, isto é, deixa de ser apenas uma aspiração, um sentimento e uma atitude e passa a representar ações concretas que promovem diferenças significativas no labor humano.

Para estabelecer a cultura da prática da solidariedade é necessário que se cultive um espírito de colaboração recíproca, marcado pela lógica do ganha-ganha, pela qual entendemos que, para ganharmos alguma coisa que possa ser útil, sustentável e duradoura, é necessário que as instituições e pessoas que desejamos para nós mesmos, sejam compartilhados com as instituições e pessoas que formam o nosso ambiente.

É necessária esta constante interação e sinergia, estimulando-se reciprocamente na realização dos objetivos comuns de contribuir para a formação da sociedade brasileira.

No que tange a Norma 16.001 da ABNT, ela é voluntária e estabelece requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da responsabilidade social.

De acordo com Beth Matias, da Agencia Sebrae em São Paulo – “O Brasil é o primeiro país no mundo a desenvolver uma norma em seu sistema oficial dedicada à responsabilidade social”.

O gerente de programas de avaliação, da conformidade do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) Sr. Gustavo Kuster, afirma que a norma criada pela ABNT – Associação Brasileira de normas técnicas – com a ajuda de varias entidades, foi lançada no final do ano passado.

Daniel K. Ohnuma do Centro de Tecnologia de Edificações (CTE) diz que ela passa a servir de referencia para organizações que queiram implementar, de forma sistemática, um conjunto de técnicas de gestão da responsabilidade social.

A NBR ISO 9001/2000 (qualidade), a NBR 14001/1996 (meio ambiente) e a SA 8000/2001 (responsabilidade social) entre outras normas e documentos-guia, são compatíveis com a estrutura da NBR 16001/2004 (política, objetivos, planejamento, medição, análise e melhoria contínua).

Portanto, as organizações que tenham estruturado um “sistema de gestão” baseada na série de normas mencionadas, tendem a ter mais facilidades para implementar os requisitos da NBR 16001/04.

O foco desta Norma é “as pessoas”; é o investimento no ser humano e em sua qualidade de vida e não mais apenas nos produtos e processos de uma organização.

Em outras palavras, as organizações devem buscar uma melhoria na qualidade de suas relações humanas, considerando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Organizações das Nações Unidas; as Convenções da Organização Internacional do Trabalho; as Metas de Desenvolvimento do Milênio; o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros documentos que serviram de referência para a publicação da NBR 16001/2004.

Enquanto a SA 8000 está fundamentada em critérios restritivos voltados à responsabilidade social para uma organização, a NBR 16001 está focada nos requisitos para o sistema de gestão, sem deixar de considerar todos os critérios que caracterizam uma empresa socialmente responsável conforme Oceano Zacarias, em seu curso sobre responsabilidade social (das organizações – RSO).

A Social Accountability Internacional – 2001 – New York SA 8000 é uma norma auditável que procura aferir diferentes domínios, baseando-se nas normas da OIT – Organização Internacional do Trabalho, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU. A sua elaboração foi iniciada por ocasião do 50º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos da ONU.

Os requisitos desta norma envolvem os seguintes aspectos: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação (sexual, raça, política, nacionalidade, religião, etc.) práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração e sistema de gestão.

Subentende-se que esta é uma forma de consolidada a prática da Responsabilidade Social das Organizações que estão envolvidas em iniciativas de certificação, auditadas por entidades creditadas para o efeito.

A exemplo das normas ISO 9000 e 14000, são necessários o envolvimento da alta administração, a indicação de um representante da administração para coordenar o programa, a análise crítica, periódica, o planejamento e implementação, o controle de fornecedores de materiais e serviços, o processo de ação corretiva, a comunicação com as partes interessadas e a existência de registros. Espera-se que as empresas comprometidas com o bem estar da humanidade adotem esta norma.

Em matéria publicada no Estado de SP por Ana Paula de Lima e Santos B. Figueiredo – “A tênue linha que separa as empresas socialmente responsáveis, daquelas que praticam simplesmente a filantropia, está prestes a ganhar contornos mais fortes. Está em andamento a formulação de uma norma padrão para responsabilidade social corporativa”.

A iniciativa é da Organização Internacional de Normalização – “a Iso, na sigla em inglês”.

A ISO 26000, como será chamada, servirá para estabelecer um padrão internacional para implementação de um sistema de gestão e certificação de empresas, quanto ao quesito de responsabilidade social.

E o Brasil tem se destacado internacionalmente nesse campo, após a elaboração da NBR 16001 e pela primeira vez na história da ISO, o comitê de elaboração de uma norma está sendo presidido por um brasileiro – o baiano Jorge Cajazeira, que é gerente de excelência empresarial da Suzano Bahia Sul.

Organizações não governamentais – ONG's

A idéia de um setor social, ao lado do Estado e de um setor empresarial, começou a ser utilizada no Brasil há poucos anos.

Em torno dessa expressão, trajetórias históricas concretas de vários segmentos da sociedade civil brasileira, que sempre atuaram com base em diferentes valores, perspectivas e alianças, são resignificadas e tendem a se diluir em um conceito homogeneizador.

O que é uma ONG?

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG coloca a seguinte posição:

A sigla ONG corresponde à organização não-governamental - uma expressão que admite muitas interpretações.

A definição textual (ou seja, aquilo que não é do governo) é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal. Em âmbito mundial, a expressão surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês “Non-Governmental Organizations (NGOs)”, para designar organizações supra-nacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais.

Do ponto de vista formal, uma ONG é constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa.

Nossa legislação prevê apenas três formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos, com essas características – associação, fundação e organização religiosa. Por não ter objetivos confessionais, juridicamente toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada.

No Brasil, a expressão era habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiu, em grande parte, nas décadas de 1970 e 1980, apoiando organizações populares, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social.

As primeiras ONG's nasceram em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais, com ênfase nos trabalhos de educação popular e de atuação na elaboração e controle social das políticas públicas.

Ao longo da década de 1990, com o surgimento de novas organizações priva-

das sem fins lucrativos, trazendo perfis e perspectivas de atuação social muito diversa, o termo ONG acabou sendo utilizado por um conjunto grande de organizações, que muitas vezes não guardam semelhanças entre si.

Como afirma a antropóloga Leilah Landim “O nome ONG não é mais revelador, como ele era, de um segmento dentro das organizações da sociedade civil brasileira”.

Marteleto descreve, que a ação das ONG's, nos últimos anos, sem deixar o objetivo de trabalhar as consciências dos sujeitos das classes populares, passa a incorporar um objetivo mais amplo de assessoria aos movimentos populares que se realiza por uma mediação informacional. Esta tem como meta a instrumentalização das camadas populares, de modo que estas participem, junto ao poder público, das decisões relativas à elaboração e implantação de políticas públicas que resultem em melhores condições de vida para a população.

A incorporação da noção de “participação” como orientadora das ações das ONG's baseia-se num pressuposto por elas construído historicamente, que entende que o seu espaço de ação corresponde a um vazio criado, dentre outros fatores, por uma dupla omissão: do Estado, no atendimento às necessidades básicas da população marginalizada; dos meios acadêmicos produtores dos conhecimentos técnico-científicos capazes de atender à sociedade com soluções técnicas, mas ainda críticas e emancipatórias para o desenvolvimento social.

As ONG's estabelecem dessa forma os seus espaços de atuação nesse vácuo criado pelo Estado e as instâncias produtoras do conhecimento. Seu campo de formação e ação possui assim interseções simbólicas com os campos político e científico, porém as ONG's brasileiras estão passando por um período muito difícil e desafiador no qual sua capacidade de se re-inventarem e de se justificarem politicamente perante a sociedade brasileira serão decisivas em relação a sua sustentabilidade institucional e sua contribuição ao desenvolvimento do país desfecha, Domingos Armani na publicação Breve Mapas da Contexto das ONG's Brasileiras e infelizmente como constatado em nosso dia a dia, a descrença é grande.

Responsabilidade social empresarial

Responsabilidade social tem se tornado nos últimos anos, um assunto cada vez mais presente no mundo das empresas, mas é um conceito ainda nebuloso, pois muitas vezes associado à idéia pura e simples de filantropia, caridade ou à boa vontade dos homens de negócios frente às mazelas do mundo.

Algo como expiação daqueles que têm em relação daqueles que nada ou muito pouco têm.

Não existe idéia equivocada e que essa é a maior distorção do conceito diz Manuela Santos Neves em Responsabilidade Social: construindo o conceito, ele vem imbuído com ética e transparência, que relaciona boas práticas à percepção de clientes e sociedade em geral.

Especialistas afirmam que somente as empresas que acompanharem tais mudanças sobreviverão aos novos tempos. Para tanto, devem investir não só no sistema produtivo, mas também cuidar, para que seu produto e a forma como ele é produzido preservem a ética, o meio ambiente, os direitos humanos, enfim, os valores da vida e da cidadania.

Indaga Chilnem: Quem não prestou atenção ao selinho Empresa Cidadã, ou Empresa Amiga da Criança?

Isso quer dizer muita coisa?

Quer dizer, sim! Mostra no papel um compromisso firmado para o bem-estar da sociedade.

A responsabilidade social de uma empresa faz com que ela se comunique melhor com a sociedade por uma simples razão: a partir do momento em que a empresa está convencida de seu papel social e se volta para a melhoria contínua desta mesma sociedade, o que ela está fazendo nada mais é do que se fortalecer mais e mais, aumentando seu conceito junto a esta sociedade que vive em torno dela.

Em outras palavras, o povo já não dizia que uma mão lava a outra?

Pois é!

Se neste ano todos nós melhorarmos enquanto povo, também vamos querer melhorar enquanto consumidores, cidadãos têm que mostrar, já não ficam mais no vazio, na retórica, na mera intenção. E passam a se comunicar melhor.

Há no Brasil cada vez mais empresas que, descubrem os benefícios de ser socialmente responsável.

Basta ver uma pesquisa conduzida pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

Mais da metade das companhias que responderam aos questionários, afirmaram apoiar algum tipo de atividade de cunho social ou comunitário, principalmente programas educacionais que beneficiam crianças e adolescentes.

O mero discurso, socialmente correto é apenas mais um do tipo de propaganda enganosa, que sempre é desmascarada com o tempo.

As empresas cabe ter uma prática compatível e cabe à sociedade civil cobrar e fiscalizar que a tal responsabilidade social seja verdadeira, pela atuação responsável e pelo respeito à sociedade, reforça Cortez.

A função principal de uma empresa consiste em criar valores através da produção de bens e serviços que a sociedade exige, gerando assim lucros para os seus proprietários e acionistas e bem-estar para a sociedade, em especial através de um processo contínuo de criação de emprego.

Contudo, a emergência de novas pressões, social e de mercado está por conduzir progressivamente para alterações dos valores e dos horizontes da atividade empresarial.

Existe hoje na esfera empresarial a percepção de que o sucesso das empresas e os benefícios duradouros para os seus agentes associados não se obtêm através de uma tônica na maximização de lucros em curto prazo, mas, antes no de um comportamento orientado pelo mercado, porém coerente e responsável.

As empresas estão conscientes de que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerindo as suas operações de modo a consolidar o crescimento econômico e aumentar a competitividade, ao mesmo tempo em que asseguram a defesa do ambiente e promovem a responsabilidade social, incluindo os interesses dos consumidores.

Claudia Passador em sua monografia salienta que cada vez mais é necessário combinar políticas públicas que preservem as áreas modernas e competitivas por padrões internacionais, com um esforço permanente de incorporar os setores atrasados, mais intensivos de mão de obra.

Assim, surge neste cenário a grande discussão quanto à prática e ao conceito sobre responsabilidade social das empresas e sua forma de concepção junto às organizações brasileiras.

O tema é consideravelmente novo no Brasil e, embora existam alguns livros e artigos publicados desde 1967, o assunto ainda precisa ser bastante explorado; as primeiras manifestações envolvendo empresários, comunidade, políticos e meios de comunicações só aconteceram em 1996, através do Betinho (Herbert de Souza), fundador do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais – com apoio da Gazeta Mercantil, que lançou campanha convocando os empresários a um maior engajamento social e apresentou a idéia da elaboração e da publicação do Balanço Social Brasileiro embora este instrumento já fosse utilizado na França desde 1977 e, a partir daí, o tema começa por destaca-se no meio empresarial, principalmente com a criação, em 1998, do Instituto Ethos – Empresas e Responsabilidade Social, que elaborou material para ajudar as empresas a compreenderem e incorporar o conceito da responsabilidade social no cotidiano de sua gestão.

Hoje, a responsabilidade social no Brasil é amplamente discutida nos meios acadêmicos e empresariais e seus defensores alegam que o comportamento socialmente responsável é fator diferencial que ajuda a construir e a consolidar a marca empresarial, representando um investimento para a sustentabilidade e o sucesso em longo prazo.

Um de seus grandes defensores é o Presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, argumenta ele, que a responsabilidade social não é uma atividade separada do negócio da empresa.

É a nova forma de gestão empresarial.

E, para uma empresa ter sucesso, para conquistar e ampliar mercado, para ter competitividade, a responsabilidade social é indispensável.

A empresa que não aumentar suas políticas e não for socialmente responsável não terá espaço no mercado.

Nesta perspectiva, percebe-se que a responsabilidade social nas organizações brasileiras é um tema novo, que vem recebendo varias definições e entendimentos.

Observa-se um crescente envolvimento de significativa parcela do empresariado nacional com as questões e as práticas relacionadas à responsabilidade social.

E, como essa prática vem sendo realizada de forma constante em grandes centros nacionais, e sendo divulgada em importantes meios de comunicação, percebe-se também que a Responsabilidade Social é um conceito em construção, com embasamento observados no comportamento empresarial brasileiro.

A sociedade, cada vez mais consciente e conhecedora de seus direitos, exige das empresas um reestudo do seu papel nesse novo cenário.

No Brasil, como em toda a parte, cresce o entendimento de que uma política de desenvolvimento social precisa da participação de novos atores.

Trata-se portanto, de buscar parceiros fora do Estado, isto é, na sociedade ou, mais especificamente, nas empresas privadas e no terceiro setor. O evento desta mudança de mentalidade empresarial já pode ser notado na "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas", em 1965; mas só foi mesmo em 1990 que as empresas passaram a se preocupar com ações sociais em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários, principalmente por ocasião da Conferencia RIO-1992.

Já a definição de terceiro setor, surgiu na primeira metade do século, nos Estados Unidos.

Ele seria uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo campo a ser explorado pelas empresas que querem exercer novas atividades, que surgem em todo o mundo e no Brasil, com uma nova proposta de ações no campo social, baseada em princípios de gestão de marketing social com foco em ações de parceria em projetos sociais.

As parcerias também constituem uma área em expansão.

E o mais novo modelo de investimentos no Terceiro Setor, que congrega recursos e esforços do governo, empresas privadas, comunidade, ONG's e demais entidades do setor.

Atualmente no Brasil, os movimentos filantrópicos e de defesa da cidadania têm motivado o desenvolvimento do Terceiro Setor.

Em 1991 existiam mais de 200 mil organizações sem fins lucrativos, empregando mais de um milhão de pessoas, o que coloca o setor como o terceiro maior segmento na geração de emprego e renda do país.

Segundo David Cohen em *Empresa e Sociedade: A pressão Social e Relações com a Comunidade e o Meio Ambiente* – Revista Exame volume V - 2000, existem indícios fortes de que as empresas estejam começando a assumir seu lado cidadão.

A maioria das empresas (56%) apóia programas sociais, segundo a primeira

pesquisa nacional sobre a atuação social e o estímulo ao voluntariado nas empresas, finalizada em julho de 1999 pelo Programa Governamental Comunidade Solidária.

Merece destaque também, como dissemos anteriormente, o impulso dado por Herbert de Souza (Betinho) a partir de 1996, sobre a campanha, convocando os empresários a um maior engajamento, com práticas relacionadas ao exercício da responsabilidade social, por meio da divulgação do Balanço Social, como um instrumento de demonstração deste envolvimento IBASE, *Estratégica Empresarial: Resultados Econômicos com o Desempenho Social*, p.14 – 1998.

A inserção social do grande capital é novidade no Brasil, BNDES, Empresas, Responsabilidade Corporativa e Investimento Social – Uma abordagem introdutória – Relato Setorial nº março 2000 – De acordo com a GIFE Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, organização não-governamental dedicada à cidadania empresarial, os investimentos sociais no Brasil estão crescendo.

Conforme a diretora da Fundação Ioschpe e ex-presidente, fundadora da GIFE, a “filantropia corporativa” é uma característica americana que, desde o início deste século criou as grandes fundações norte-americanas (Carnegie, Rockefeller, Community, Trusts).

Mas se em certos ambientes (como religiosos) ela tem muito valor no Brasil, o mesmo não acontece no ambiente empresarial, onde o conceito de filantropia corporativa ainda está em fase de “aculturação”.

A postura como empresa socialmente responsável pode ter inspirações numa matriz filantrópica, mas atualmente dela se distancia levanta Evelyn Ioschpe no *Jornal Valor Econômico*, SP n.71, p. E2 - 09/08/00, visto que “filantropia” no grego significa, um amor inespecífico à humanidade, e hoje, as empresas desenvolvem uma posição muito mais afinada com seus valores intrínsecos: o lucro e sobrevivência, que investimento social.

Entretanto, a empresa apoiando projetos sociais, e tendo essa conduta socialmente responsável, alavanca recursos e apoio por meio da adesão até inconsciente dos trabalhadores, descobrindo um verdadeiro ganho adicional, que vão da melhoria do clima organizacional até a valorização da marca, conclui Young.

E aí que está o sucesso, gerando resultados fantásticos, só faltam os empresários brasileiros que ainda não possuem esta visão de gestão por resultados, acordarem para o assunto.

Deontologia

Nosso trabalho profissional objetiva o bem estar e o desenvolvimento do homem moldando seu ambiente e suas dimensões.

Quando nos formamos, nos comprometemos com posturas direcionadas a um pacto coletivo.

Nosso código de ética profissional enuncia os fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática das nossas profissões, relacionadas a direitos e deveres correlatos de seus profissionais.

O que seria a ética?

É a avaliação da conduta das pessoas.

Refere-se tradicionalmente ao que é considerado como “bom” ou “mau” no que diz respeito aos aspectos da vida que são distintamente humanos.

Isto inclui valores morais que se referem à justiça social contidas em cada sociedade.

A Deontologia abraça ética e moralidade e, fixa os deveres e responsabilidades, requeridos por um determinado ambiente profissional.

Pusch, mergulhando na ética profissional chega no britânico, Jeremy Bentham que criou a disciplina da Deontologia.

Etimologicamente, a palavra foi por ele criada a partir de radicais gregos: *déon + ontos + logos*. O primeiro radical incorpora a idéia de dever, o segundo, literalmente, é o ser, o homem, e o terceiro, dá-lhe a conotação de ciência, conhecimento. Também do grego, temos o radical *déiontos*, que significa necessidade.

Isto posto, destaca-se um campo da Filosofia que debruça sua atenção sobre os deveres do homem, sobre a sua conduta necessária.

Valendo-se do propósito da ética, estabelece a idéia de dever, a partir do estudo dos princípios, valores e sistemas morais.

O significado de Deontologia é a ciência que estuda o sistema de moral, tratando do dever.

A importância da Deontologia fica evidente, portanto visamos chegar ao sistema de normas profissionais e aos deveres do profissional ante seu grupo social específico e ante a sociedade como um todo.

Fonseca utiliza-se do significado da profissão com uma questão básica a qual é caracterizada pelos seus objetivos, mas cuja identidade requer ideais comuns (um código ético) e padrões e regras comuns (um código deontológico).

Por outro lado, o contexto variável no qual os profissionais exercem a sua profissão exige um novo olhar sobre os valores éticos tradicionais e uma maior consciência das percepções da sociedade para a natureza de cada profissão.

Mas, quaisquer que sejam os interesses e prioridades do momento, a ética de uma profissão deve ter a forma de um compromisso com princípios imutáveis e

permanentes. Pelo contrário, a Deontologia de uma profissão pode refletir qualquer evolução no âmbito daquela Profissão e integrar novas exigências fixadas pela sociedade.

Assim, a Ética e a Deontologia de uma profissão constituem em conjunto, o código de conduta dessa mesma profissão.

Considerando o problema de ética independente do indivíduo temos conhecimento de que: Há casos no Brasil de empresas que tem ações junto à comunidade, e que investem em projetos de educação informal. E quando se pergunta a essas empresas qual o grau de escolaridade de seus empregados, muitas vezes a resposta é nenhum. Embora aquelas empresas estejam destinando uma verba para uma organização que atende crianças carentes, ela não sabe qual é a situação educacional dos filhos de seus empregados.

Percebe-se que, para se ter a responsabilidade social de maneira coerente, é preciso ter preceitos éticos. Grajew, uma sumidade no assunto, comenta que a responsabilidade social não é uma simples doação de verba... Se você trata as pessoas com ética, respeitando os bons valores sociais, com respeito e dignidade, os consumidores, funcionários irão responder da mesma forma.

Nossa conduta se reporta a pactos, que são aceitos na convivência da competição saudável dentro dos limites de cada profissão.

A dona de nossa profissão é a sociedade que nos cobra nosso papel.

2. A Responsabilidade Social na formação do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrônomo

Modalidades

No sistema CREA / CONFEA existem aproximadamente 295 modalidades entre engenheiros, arquitetos, agrônomos, agrimensores, geógrafos, geólogos, químicos, tecnólogos, técnicos, ou seja:

- Engenheiro(a) Ambiental
- Engenheiro(a) Civil
- Engenheiro(a) de Fortificação e Construção
- Engenheiro(a) de Operação
- Engenheiro(a) de Operação – Construção Civil
- Engenheiro(a) de Operação – Construção de Estradas
- Engenheiro(a) de Operação – Edificações
- Engenheiro(a) de Operação – Estradas
- Engenheiro(a) Industrial
- Engenheiro(a) Industrial – Civil
- Engenheiro(a) Militar
- Engenheiro(a) Rodoviário(a)
- Engenheiro(a) Sanitarista
- Engenheiro(a) Sanitarista e Ambiental
- Engenheiro(a) de Infra-Estrutura Aeronáutica
- Engenheiro(a) de Produção
- Engenheiro(a) de Produção – Civil
- Engenheiro(a) Hídrico(a)
- Tecnólogo(a) em Construção Civil
- Tecnólogo(a) em Construção Civil – Edificações
- Tecnólogo(a) em Construção Civil – Estradas e Topografia
- Tecnólogo(a) em Construção Civil – Movimento de Terra e Pavimentação
- Tecnólogo(a) em Construção Civil – Obras de Solos
- Tecnólogo(a) em Construção Civil – Obras Hidráulicas
- Tecnólogo(a) em Construção Civil – Terraplenagem
- Tecnólogo(a) em Edificações
- Tecnólogo(a) em Estradas
- Tecnólogo(a) em Operação e Administração de Sistema de Navegação Fluvial

Tecnólogo(a) em Saneamento
Tecnólogo(a) em Saneamento Ambiental
Tecnólogo(a) em Saneamento Básico
Técnico(a) em Construção Civil
Técnico(a) em Desenho de Construção Civil
Técnico(a) em Desenho de Projetos
Técnico(a) em Edificações
Técnico(a) em Estradas
Técnico(a) em Estradas e Pontes
Técnico(a) em Hidrologia
Técnico(a) em Saneamento
Técnico(a) em Transportes Rodoviários
Técnico(a) em Meio Ambiente
Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho
Engenheiro(a) de Computação
Engenheiro(a) de comunicações
Engenheiro(a) de Controle e Automação
Engenheiro(a) de Operação
Engenheiro(a) de Operação – Eletrônica
Engenheiro(a) de Operação – Eletrotécnica
Engenheiro(a) de Operação – Telecomunicações
Engenheiro(a) de Produção
Engenheiro(a) de Produção – Eletricista
Engenheiro(a) de Telecomunicações
Engenheiro(a) de Transmissão
Engenheiro(a) Eletricista
Engenheiro(a) Eletricista – Eletrônica
Engenheiro(a) Eletricista – Eletrotécnica
Engenheiro(a) em Eletrônica
Engenheiro(a) em Eletrotécnica
Engenheiro(a) Industrial
Engenheiro(a) Industrial – Elétrica
Engenheiro(a) Industrial – Eletrônica
Engenheiro(a) Industrial – Eletrotécnica
Engenheiro(a) Industrial – Telecomunicações
Tecnólogo(a) em Automação Industrial
Tecnólogo(a) em Distribuição de Energia Elétrica
Tecnólogo(a) em Eletricidade
Tecnólogo(a) em Eletrônica
Tecnólogo(a) em Eletrônica Industrial

Tecnólogo(a) em Eletrotécnica
Tecnólogo(a) em Instrumentação e Controle
Tecnólogo(a) em Maquinas Elétricas
Tecnólogo(a) em Sistemas Elétricos
Tecnólogo(a) em Técnicas Digitais
Tecnólogo(a) em Telecomunicações
Tecnólogo(a) em Telecomunicações – Telefonia e Redes Externas
Tecnólogo(a) em Sistemas de Telefonia
Tecnólogo(a) em Transmissão e Distribuição Elétrica
Tecnólogo(a) em Redes de Computadores
Tecnólogo(a) em Sistemas de Comunicação sem Fio
Técnico(a) em Automação Industrial
Técnico(a) em Automação Industrial Eletrônica
Técnico(a) em Eletricidade
Técnico(a) em Eletromecânica
Técnico(a) em Eletrônica
Técnico(a) em Eletrônica – Telecomunicações
Técnico(a) em Eletrotécnica
Técnico(a) em Informática Industrial
Técnico(a) em Instrumentação
Técnico(a) em Microinformática
Técnico(a) em Proteção Radiológica
Técnico(a) em Telecomunicações
Técnico(a) em Telefonia
Técnico(a) em Mecatronica
Técnico(a) em Eletroeletrônica
Técnico(a) em Manutenção de Computadores
Técnico(a) em Redes de Comunicação
Técnico(a) em Manutenção de Equipamentos Medico-Hospitalares
Engenheiro(a) Aeronáutico(a)
Engenheiro(a) Mecânico(a) e de Armamento
Engenheiro(a) Mecânico(a) e de Automóvel
Engenheiro(a) de Infra-Estrutura Aeronáutica
Engenheiro(a) de Operação
Engenheiro(a) de Operação – Aeronáutica
Engenheiro(a) de Operação – Fabricação Mecânica
Engenheiro(a) de Operação – Industria de Madeira
Engenheiro(a) de Operação – Maquinas e Motores
Engenheiro(a) de Operação – Mecânica
Engenheiro(a) de Operação – Mecânica Automobilística

Engenheiro(a) de Operação – Mecânica de Manutenção
Engenheiro(a) de Operação – Metalurgista
Engenheiro(a) de Operação – Processo de Fabricação Mecânica
Engenheiro(a) de Operação – Produção
Engenheiro(a) de Operação – Refrigeração e Ar Condicionado
Engenheiro(a) de Operação – Siderurgia
Engenheiro(a) de Produção
Engenheiro(a) de Produção – Mecânica
Engenheiro(a) de Produção – Metalurgista
Engenheiro(a) Industrial
Engenheiro(a) Industrial – Madeira
Engenheiro(a) Industrial – Mecânica
Engenheiro(a) Industrial – Metalurgia
Engenheiro(a) Mecânico(a)
Engenheiro(a) Mecânico(a) – Automação e Sistemas
Engenheiro(a) Metalurgista
Engenheiro(a) Naval
Engenheiro(a) Mecânico(a) Eletricista
Tecnólogo(a) em Aeronaves
Tecnólogo(a) em Construção Naval
Tecnólogo(a) em Eletromecânica
Tecnólogo(a) em Indústria da Madeira
Tecnólogo(a) em Manutenção de Maquinas e Equipamentos
Tecnólogo(a) em Maquinas
Tecnólogo(a) em Maquinas e Equipamentos
Tecnólogo(a) em Mecânica
Tecnólogo(a) em Mecânica – Automobilismo
Tecnólogo(a) em Mecânica – Desenhista Projetista
Tecnólogo(a) em Mecânica – Oficinas
Tecnólogo(a) em Mecânica – Produção Industrial de Moveis
Tecnólogo(a) em Mecânica – Soldagem
Tecnólogo(a) em Mecânica – Processos Industriais
Tecnólogo(a) em Mecânica, Ofinica e Manutenção
Tecnólogo(a) em Metalurgia
Tecnólogo(a) em Processo de Produção e Usinagem
Tecnólogo(a) em Produção de Calçados
Tecnólogo(a) em Produção de Couro
Tecnólogo(a) em Siderúrgica
Tecnólogo(a) em Soldagem
Tecnólogo(a) Naval

Tecnólogo(a) em Qualidade Total
Técnico(a) Desenhista de Maquinas
Técnico(a) em Aeronáutica
Técnico(a) em Aeronaves
Técnico(a) em Automobilística
Técnico(a) em Calçados
Técnico(a) em Construção de Maquinas e Motores
Técnico(a) em Construção Naval
Técnico(a) em Estruturas Navais
Técnico(a) em Fundição
Técnico(a) em Manutenção de Aeronave
Técnico(a) em Maquinas
Técnico(a) em Maquinas e Motores
Técnico(a) em Maquinas Navais
Técnico(a) em Mecânica
Técnico(a) em Mecânica de Precisão
Técnico(a) em Metalurgia
Técnico(a) em Náutica
Técnico(a) em Operações de Reatores
Técnico(a) em Refrigeração e Ar Condicionado
Técnico(a) em Siderurgia
Técnico(a) em Soldagem
Técnico(a) em Usinagem Mecânica
Técnico(a) Naval
Técnico(a) em Metrologia
Técnico(a) em Qualidade e Produtividade
Técnico(a) em Tecnologia Finais de Gás
Técnico(a) em Desenho de Projetos – Mecânica
Engenheiro(a) de Alimentos
Engenheiro(a) de Materiais
Engenheiro(a) de Operação
Engenheiro(a) de Operação – Petroquímica
Engenheiro(a) de Operação – Química
Engenheiro(a) de Operação – Têxtil
Engenheiro(a) de Produção
Engenheiro(a) de Produção – Materiais
Engenheiro(a) de Produção – Química
Engenheiro(a) de Produção – Têxtil
Engenheiro(a) Industrial
Engenheiro(a) Industrial – Química

Engenheiro(a) Químico(a)
Engenheiro(a) Têxtil
Engenheiro(a) de Petróleo
Engenheiro(a) de Plástico
Tecnólogo(a) em Alimentos
Tecnólogo(a) em Cerâmica
Tecnólogo(a) em Indústria Têxtil
Tecnólogo(a) em Materiais
Tecnólogo(a) em Processos Petroquímicos
Tecnólogo(a) em Química
Tecnólogo(a) Têxtil
Técnico(a) em Alimentos
Técnico(a) em Borracha
Técnico(a) em Celulose
Técnico(a) em Celulose e Papel
Técnico(a) em Cerâmica
Técnico(a) em Cerveja e Refrigerantes
Técnico(a) em Fiação
Técnico(a) em Malharia
Técnico(a) em Papel
Técnico(a) em Petroquímica
Técnico(a) em Plástico
Técnico(a) em Química
Técnico(a) em Tecelagem
Técnico(a) em Vestuário
Técnico(a) Têxtil
Técnico(a) em Cervejaria
Técnico(a) em Controle de Qualidade de Alimentos
Técnico(a) em Processamento de Frutas e Hortaliças
Engenheiro(a) de Minas
Engenheiro(a) Geólogo(a)
Geólogo(a)
Engenheiro(a) de Exploração e Produção de Petróleo
Tecnólogo(a) de Minas
Tecnólogo(a) em Manutenção Petroquímica
Técnico(a) em Geologia
Técnico(a) em Mineração
Técnico(a) em Perfuração de Poços
Agrimensor(a)
Engenheiro(a) Agrimensor(a)

Engenheiro(a) Cartógrafo(a)
Engenheiro(a) de Geodésia
Engenheiro(a) em Topografia Rural
Engenheiro(a) Geógrafo(a)
Engenheiro(a) Topógrafo(a)
Geógrafo(a)
Tecnólogo(a) em Topografia
Técnico(a) em Agrimensura
Técnico(a) em Fotogrametria
Técnico(a) em Geodésia e Cartografia
Técnico(a) em Topografia
Técnico(a) em Geomensura
Arquiteto(a)
Arquiteto(a) e Urbanista
Engenheiro(a) Arquiteto(a)
Técnico(a) Desenhista de Arquitetura
Técnico(a) em Decoração
Técnico(a) em Maquetaria
Técnico(a) em Paisagismo
Engenheiro(a) Agrícola
Engenheiro(a) Agrônomo(a)
Engenheiro(a) de Pesca
Engenheiro(a) Florestal
Meteorologista
Engenheiro(a) de Aqüicultura
Tecnólogo(a) em Açúcar e Alcool
Tecnólogo(a) em Administração Rural
Tecnólogo(a) em Agricultura
Tecnólogo(a) em Agronomia
Tecnólogo(a) em Agropecuária
Tecnólogo(a) em Aqüicultura
Tecnólogo(a) em Bovinocultura
Tecnólogo(a) em Ciências Agrárias
Tecnólogo(a) em Cooperativismo
Tecnólogo(a) em Curtumes e Tanantes
Tecnólogo(a) em Fitotecnia
Tecnólogo(a) em Fruticultura
Tecnólogo(a) em Fruticultura de clima Temperado
Tecnólogo(a) em Heveicultura
Tecnólogo(a) em Laticínios

Tecnólogo(a) em Mecanização Agrícola
Tecnólogo(a) em Meteorologia
Tecnólogo(a) em Pecuária
Tecnólogo(a) Industrial de Açúcar de Cana
Tecnólogo(a) em Recursos Hídricos e Irrigação
Técnico(a) Agrícola
Técnico(a) em Agroindústria
Técnico(a) em Açúcar e Alcool
Técnico(a) em Agricultura
Técnico(a) em Agropecuária
Técnico(a) em Aqüicultura
Técnico(a) em Beneficiamento de Madeira
Técnico(a) em Bovinocultura
Técnico(a) em Carnes e Derivados
Técnico(a) em Cooperativismo
Técnico(a) em Enologia
Técnico(a) em Fruta e Hortaliças
Técnico(a) em Irrigação e Drenagem
Técnico(a) em Laticínios
Técnico(a) em Meio Ambiente
Técnico(a) em Meteorologia
Técnico(a) em Pecuária
Técnico(a) em Pesca
Técnico(a) em Piscicultura
Técnico(a) Florestal
Técnico(a) em Cafeicultura
Técnico(a) em Zootecnia

Analisando *as características e atributos necessários na grade curricular de três modalidades temos:*

Formação do engenheiro civil

As disciplinas que compõem o currículo pleno estão distribuídas em:

- Disciplinas de formação básica e geral básica;
- Disciplinas de formação profissional geral e específica;
- Disciplinas de caracteres, geral e legislação específica.

Foram pesquisadas várias grades pelo Brasil adentro, mas achamos conveniente enaltecer a da Universidade Federal do Paraná – UFPR

O atual currículo, aprovado em 1993, contém 30 disciplinas de caráter obrigatório, com uma carga de 3900 horas, mas também são exigidas no mínimo 180 horas de disciplinas optativas. Portanto, para a graduação são necessárias 4080 horas ou mais, conforme escolha do aluno. As disciplinas optativas oferecidas no 5º ano são em número de 24; sendo 9 do Departamento de Transportes, 9 do Departamento de Construção Civil e 6 do Departamento de Hidráulica e Saneamento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ /UFPR - Acesso ao site 16/NOV/06

Grade Curricular

1º Ano

Cálculo Diferencial e Integral A
Geometria Analítica e Álgebra Linear
Geometria Descritiva e Desenho Técnico I
Física A
Programação de Computadores (1º sem)
Métodos Numéricos (2º sem)

2º Ano

Mecânica
Topografia A
Estatística II
Engenharia de Sistemas
Física Geral B
Química Geral e Aplicada A
Introdução à Eletrotécnica

3º Ano

Resistência dos Materiais A
Mecânica dos Fluidos
Transportes A
Economia de Engenharia Desenho de Construção
Mecânica dos Solos com Fundamentos de Geologia

4º Ano

Teoria das Estruturas A
Sistemas Estruturais A Saneamento Ambiental
Engenharia de Recursos Hídricos
Materiais de Construção Civil

5º Ano

Construção Civil - Arquitetura
Sistemas Estruturais B
Transportes B
Administração e Organização de Empresas de Engenharia
Fundações

O aluno deverá cursar ainda, a partir do 4º ano, o Estágio Supervisionado a ser escolhido dentre as seguintes disciplinas:

Estágio Supervisionado em Engenharia da Construção Civil; Estágio Supervisionado em Engenharia de Transportes; Estágio Supervisionado em Engenharia Hidráulica e Sanitária.

O aluno deverá cursar ainda 180 horas de disciplinas optativas dentre do rol ofertado pelo curso. O aluno deverá cursar ainda 60 horas de disciplinas concernentes a áreas de Humanas e Ciências Sociais dentre o rol ofertado pelo curso.

Uma maior análise curricular permite observar, que são ministradas 12 disciplinas de caráter básico, 18 profissionalizantes obrigatórias (incluindo estágio supervisionado obrigatório) e, no mínimo duas das 24 disciplinas optativas para a graduação.

De conformidade com a revista da FAAP ENGENHARIA n.º 36/99 o perfil do Engenheiro Civil deve conter aptidões iniciais numa inclinação para se aprofundar na matemática e lidar com as ciências, mas também ter uma mente criativa para encontrar soluções novas para que as coisas funcionem, daí ser essencial ter-se um cérebro criativo e atributos baseados em:

- uma sólida formação em ciências básicas (matemática, física e química);
- boa formação em economia, administração e planejamento, aliada à percepção dos impactos econômicos e financeiros, sociais, culturais e ambientais, afim de solucionar problemas relacionados à engenharia;
- profundo conhecimento de informática, aplicando-o como ferramenta de gerencia e otimização em sua área;
- capacidade de sistematização e síntese, de modo a diagnosticar questões complexas, a partir da coleta, manuseio e análise de grande volume de dados e informações quantitativas e qualitativas;
- desenvoltura e agilidade na comunicação oral e escrita e o domínio de pelo menos uma língua estrangeira mas que, certamente para muitos, têm-se descortinado como insuficiente. E na realidade, com toda a formação oferecida, pouco se canaliza à sociedade, a não ser poucas iniciativas opcionais.

Formação do arquiteto

Na Portaria n.º 1770/94 do MEC onde são fixadas as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo estipula-se três partes independentes:

- Matérias de Fundamentação, constituindo-se em conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas, ou seja, Estética, História das Artes, Estudos Sociais e Ambientais e Desenho;

- Matérias Profissionais, constituindo-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais tais como História e teoria da Arquitetura e Urbanismo, Técnicas Retrospectivas, Projeto de Arquitetura de Urbanismo e de paisagismo, Tecnologia da Construção, Sistemas Estruturais, Conforto Ambiental, Topografia, Informática aplicada à Arquitetura e Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional;

- E o trabalho final de graduação, objetivando avaliar as condições de qualificação do formando, de livre escolha, porém relacionado com as atribuições profissionais a ser realizado ao final do curso e após a integração das matérias do currículo mínimo.

A carga horária mínima é de 3.600 horas.

Da mesma forma quanto a engenharia civil, a grade curricular, que está descrita abaixo é da Universidade Federal do Paraná - UFPR
pagina da www.ufpr.br – acesso 16/NOV/06

Grade Curricular

1º Ano

Introdução à Arquitetura

História da Arquitetura e do Urbanismo I

Informática Aplicada à Arquitetura

Estudos da Forma

Meios de Expressão e Representação

Introdução a Tecnologia dos Edifícios e do Ambiente Urbano

Introdução ao Estudo do Habitat

Geometria Descritiva e Perspectiva

2º Ano

História da Arquitetura e do Urbanismo II
Teoria da Arquitetura
Arquitetura: Projeto Integrado I
Paisagismo: Projeto Integrado I
Topografia B
Sociologia Urbana A
Conforto Ambiental I
Sistemas Estruturais I
Tecnologia das Construções I

3º Ano

Estágio Supervisionado I
Arquitetura Brasileira
História e Teorias do Urbanismo
Espaço Interno: Projeto Integrado II
Arquitetura: Projeto Integrado II
Desenho Urbano: Projeto Integrado II
Estudos Urbanos e Regionais
Conforto Ambiental II
Tecnologia das Construções II
Sistemas Estruturais II
Estágio Supervisionado II

4º Ano

Estética e História das Artes
Técnicas Retrospectivas
Patrimônio Cultural: Projeto Integrado III
Arquitetura: Projeto Integrado III
Desenho Urbano: Projeto Integrado III
Paisagismo: Projeto Integrado III
Planejamento Urbano e Regional
Tecnologia das Construções III
Sistemas Estruturais III
Estágio Supervisionado III

5º Ano

Arquitetura - Projetos Especiais
Orientação de Pesquisa
Trabalho Final de Graduação

Optativas

Arquitetura Popular
Pensamento Arquit. Contemporâneo
Arquitetura Hispano Americana
Atelier Temático
Planejamento da Paisagem
Sensoriamento Remoto
Computação Gráfica Aplicada à Arquitetura
Planejamento Arq. Aplicado às Bibliotecas
Sinergia - energia e Ambiente
Tópicos Especiais em Arquit. e Urbanismo I
Tópicos Especiais em Arquit. e Urbanismo II
Tópicos Especiais em Arquit. e Urbanismo III
Tópicos Especiais em Arquit. e Urbanismo IV
Tópicos Especiais em Arquit. e Urbanismo V
Tópicos Especiais em Arquit. e Urbanismo VI I
Introdução ao Pensamento Arquitetônico Contemporâneo
Arquitetura Moderna e Vanguardas Artísticas
Introdução ao Geoprocessamento
Cidade, Meio-Ambiente e Políticas Públicas
Restauração e reciclagem de Edifícios Históricos
Tópicos Especiais em Sociologia
Tópicos Especiais em Ciências Políticas
Sociologia Urbana
Ecologia e Sociologia
Antropologia Urbana
Cultura, Memória e Patrimônio
Perspectiva
Projeções Cotadas

Aptidões desejáveis: Para exercer a função de Arquiteto é fundamental ter habilidade numérica, exatidão, sensibilidade, criatividade e imaginação.

Competência

Do ponto de vista legal (ver Lei 5194/66, Resolução 218/73 e Decisão Normativa 47/92 do CONFEA), compete ao arquiteto e urbanista o exercício das atividades – supervisão, orientação técnica, coordenação planejamento projetos, especificações, direção, execução de obras, ensino, assessoria, consultoria, vistoria, perícia, avaliação – referentes a construções, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura de interiores, urbanismo, planejamento físico, urbano e regional, desenvolvi-

mento urbano e regional, paisagismo e transito. Um espectro bastante amplo que exige de formação profissional um esforço capaz de qualificar o arquiteto e urbanista na abrangência de suas competências legais, com o aprofundamento indispensável para que possa assumir as responsabilidades nelas contidas.

Campo de atuação

Empresas de construção civil em geral, Magistério, escritórios, indústrias, empresas de planejamento e assessoria, órgãos do patrimônio histórico, instituições de pesquisa entre outros.

O exercício profissional do arquiteto e urbanista no Brasil é regulamentado por lei.

A habilidade é única, ou seja, não existem modalidades na profissão. A responsabilidade técnica e a social (código de ética), constam da Lei 5194/66.

Descreve-se a profissão como:

Os arquitetos e urbanistas são profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, compreendendo-os como agentes preponderantes da construção da cidade e da arquitetura – com relação à concepção e organização do espaço ao urbanismo, à construção de edifícios, bem como à conservação e valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio natural e à utilização racional dos recursos disponíveis.

Devem levar avante o processo de construção de uma identidade da arquitetura e urbanismo com seu povo, centrado na afirmação da solidariedade e no exercício da cidadania e voltado às demandas estruturais da sociedade.

Com toda esta bagagem, mesmo assim, nada é feito, voltado para a responsabilidade social como uma matéria específica ou um tratamento urbano em conjunto com a sociedade.

Formação do engenheiro agrônomo

O Agrimensor é o profissional que faz as medições e demarcações de propriedades agrícolas, porém o Engenheiro Agrimensor é aquele que faz descrições, monitoramento e define espaços físicos. O engenheiro agrimensor é o profissional qualificado para analisar o ambiente onde vai ser feita determinada obra, e após seu início vai monitorar seu andamento e procurar mapear determinados problemas que aparecerão em seu decurso. O período de formação da engenharia de agrimensura é de cinco anos.

Forma profissional para desenvolverem atividades ligadas à agricultura e à pecuária, atendendo às demandas deste setor em geração de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, planejamento e condução de políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas áreas de produção de alimentos e de manejo, conservação e preservação de recursos naturais renováveis (solo, água e florestas). Eles atuam também na formação e capacitação de recursos humanos para a agricultura e outras atividades ligadas ao setor, que se demonstrem imprescindíveis à promoção do bem-estar do homem e do seu meio ambiente.

Seguindo a mesma linha de pesquisa das profissões anteriores, segue grade curricular de AGRONOMIA da UFPR - ACESSO 16/11/06.

1º Período

Cálculo com Geometria Analítica I
Anatomia dos Animais Domésticos
Geometria Descritiva
Morfologia Vegetal I
Física para Agronomia
Química Analítica Qualitativa

2º Período

Fisiologia Comparada dos Animais Domésticos
Cálculo com Geometria Analítica II
Estatística I
Morfologia Vegetal II
Desenho Técnico
Química Analítica Quantitativa Básica
Química Orgânica Geral II
Geologia para Agronomia

3º Período

Processamento de Dados I
Nutrição e Alimentação Animal
Genética Vegetal
Mecanização Agrícola
Sistemática Vegetal para Agronomia
Bioquímica Vegetal
Pedologia A

4º Período

Zootecnia Geral
Experimentação Agrícola A
Agricultura Geral
Fisiologia Vegetal para Agronomia
Química Agrícola B
Topografia D
Climatologia Agrícola A
Zoologia para Agronomia

5º Período

Zootecnia Especial I
Melhoramento de Plantas
Irrigação e Drenagem
Nutrição Mineral de Plantas B
Entomologia
Agrícola
Fotointerpretação
Legislação Profissional do Engenheiro Agrônomo

6º Período

Zootecnia Especial II
Análise e Tecnologia de Sementes A
Economia Rural
Agricultura Especial I
Olericultura
Parasitologia Agrícola
Biologia do Solo A

7º Período

Sociologia das Sociedades Agrárias
Construções Rurais
Planejamento e Administração Rural
Fitopatologia Geral
Defesa Sanitária Vegetal A
Conservação de Solos B

8º Período

Extensão Rural
Fruticultura I
Agricultura Especial II
Silvicultura Geral Controle de Plantas Daninha
Forragicultura A
Eletrificação Rural

9º Período

Política Agrária
Fruticultura II
Legislação Agrária
Silvicultura Geral II
Ecologia Agrícola
Comercialização Agrícola
Fitopatologia Especial

10º Período

Agricultura Especial III
Plantas Ornamentais
Armazenamento de Produtos Agrícolas
Recursos Naturais Renováveis
Tecnologia de Produtos Agrícolas

O aluno deverá cursar ainda 240 horas de disciplinas optativas dentre o rol ofertado pelo curso.

Área de atuação

Ao Engenheiro Agrônomo é facultado por lei o exercício profissional da agronomia nas seguintes atividades: construções para fins rurais e suas instalações complementares, irrigação de culturas; drenagem de solos para fins agrícolas; produção de culturas e produção de animais; melhoramentos genéticos de animais e

vegetais; recursos naturais renováveis (solo, água e florestas); ecologia; agrometeorologia; defesa fitossanitária (manejo e controle de pragas e doenças das plantas); química agrícola; tecnologia de transformação de produtos (açúcar, amido, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação de produtos animais e vegetais; zimotecnia (produção de fermentos); agropecuária; edafologia (solos); fertilizantes e corretivos; processos de culturas e utilização dos solos; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia (pastagens); bromatologia e rações; economia rural ; serviços afins e correlatos.

Mercado de trabalho

O Engenheiro Agrônomo pode atuar tanto no setor público quanto no setor privado. Podem ser citadas como exemplo as indústrias de alimentos, instituições financeiras e bancárias, Ministérios e Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, empresas de biotecnologia institutos de pesquisa, universidades, faculdades e escolas técnicas, dentre outras. A formação eclética do Curso de Agronomia oferece conhecimentos básicos nas áreas de Física, Química, Biologia, Ciências Humanas e Sociais. A formação profissionalizante garante o desempenho profissional, inclusive com uma perspectiva de realização autônoma, em atividades que envolvem prestação de serviços, receituário agrônomo, assistência técnica, laudos periciais e vistorias, estudos técnicos, dentre outras.

Trabalha com questões fundamentais para os nossos dias: produção e comercialização de alimentos, fixação do homem no campo e preservação do meio ambiente. É um profissional que reúne as condições técnico-científicas e humanísticas para executar todas as tarefas inerentes à produção de alimentos para o homem e os animais domésticos, intervindo desde a definição das condições de plantio até a chegada do produto industrializado ao consumidor. Na atualidade, o engenheiro agrônomo é chamado a atuar nos mais distintos níveis sociais e nichos profissionais, tanto no setor público quanto no privado. Isso ocorre por ele apresentar formação eclética, que o capacita a executar programas agroprodutivos, em comunidades rurais ou em grandes grupos agroindustriais. Em países com base agrícola ampla e diversificada, como o Brasil, o engenheiro agrônomo tem papel fundamental no desenvolvimento econômico.

Isto posta pela Universidade Federal de Minas Gerais artigo publicado em sua revista - edição vestibular.

Instigações finais

Nossa preocupação social não foge aos questionamentos da responsabilidade social, pois estamos completamente absorvidos na nossa sobrevivência, exceção a alguns que envolvidos mais diretamente, desenvolvem uma visão mais ampla e profunda das condições de vida da população.

O conhecimento a respeito das Organizações não Governamentais – ONG's é infelizmente, a imagem do brasileiro que tira vantagem em tudo.

E evidente que existe muita coisa errada em todos os segmentos da sociedade, não só no chamado terceiro setor, porém o triunfo dos maus encontra terreno fértil na omissão dos bons...

O Professor Pusch coloca muito bem, que a conscientização pelo interesse social que existe no desempenho de nosso ofício, uma vez que não somos proprietários de nossa profissão, senão, detentores de um título com vínculo ao patrimônio cultural da humanidade, é nula.

Apercebemo-nos, que outrora, tomávamos conhecimento de descasos através da mídia, a cada seis horas, na atualidade as informações jorram com intervalos tendendo a zero, isto é, por frações de segundos somos bombardeados com mensagens, certamente na media, potencialmente negativas em relação às minguardas, demais.

Lamentavelmente assistimos, até a irreverência de programas humorísticos, estendendo-se das charges até às piadas.

Num artigo despretenso de Luciano Pires há menção de dois Brasis. O Brasil dos Pocotós e o outro e conclui sabiamente que a escolha é nossa, não depende de dinheiro, de padrinho ou de poder, depende sim, de atitudes. E vai adiante questionando ao leitor... Em qual Brasil você vive e por fim, qual Brasil você escolhe viver?

É o aspecto de seu livre arbítrio.

O simples fato de nos alvitarmos mutuamente, já que possuímos uma visão e sentidos correlatos mais aguçados, pois tivemos a abençoada dádiva de nascer bem e a oportunidade de estudos, negada a muitos, percebendo a carência de tantos, subliminados até no contexto, podemos então sublimá-los pelos excessos de outros, pois somente ai tenderá por ocorrer um tênue equilíbrio, tal qual, se nos cercam as energias irradiadas de uma natureza ainda não afetada pelos demais.

A semente, da CONSCIENTIZAÇÃO, está lançada.

Necessitamos pensar juntos com responsabilidade social.

Ideal seria, começar um ensino e uma prática sobre o assunto, dentro do seio familiar e estender-se aos bancos da universidade tal qual, curvar um galho novo de bambu é fácil, complicado, quando de sua rigidez adulta.

Não existem fórmulas para se fazer responsabilidade social, é necessário trans-

formar as pessoas, mudando pensamentos, atitudes, valores, comportamentos, é necessário comprometer-se com a sociedade, abandonar o que existe em favor de um novo modelo estrategista, facilitador, dando um basta em se querer tirar vantagem em tudo, tornar-se mais humano e menos racional.

Nosso alerta é que o profissional saiba, que o pára-raios do prédio em que mora tem descida de aterramento correta e que ele solicite ao seu vizinho retirar aquele cacto enorme debaixo do extintor para facilitar seu manejo caso necessário.

E por aí vai...

Deverá o Engenheiro, o Arquiteto, o Agrônomo... não limitar-se somente à sobrevivência quando de sua atuação e sim, permitir envolver-se de Responsabilidade Social pois cientificar-se-á num amanhã muito próximo que uma não poderá coexistir sem a outra.

Estou fazendo a minha parte e você?

Referências bibliográficas

- ABONG, biblioteca www.abong.org.br - acesso em 29/maio/2005
- BNDES, **Empresas, Responsabilidade Corporativa e Investimento Social** – Uma abordagem introdutória – Relato Setorial nº março 2000
- BARRETT, Richard - s/d - **Libertando a Alma da Empresa, como transformar a organização numa entidade viva.**
- DAHER, Alexandre Alpendre e FEDATO, Lincoln José (1998) - **O engenheiro Civil e a nova realidade profissional** – CEFET
- CHINEM, Rivaldo – **A empresa cidadã comunica melhor** [life://A:\Respons.Social3.htm](http://A:\Respons.Social3.htm)/acesso 26/4/05
- COHEN, David - **Empresa e Sociedade: A pressão Social e Relações com a Comunidade e o meio ambiente** – Revista Exame volume V – 2000.
www.confea.org.br - acesso em 01/dez/2006
- COMUNIDADES EUROPÉIAS, COMISSÃO - **Comunicação relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o Desenvolvimento Sustentável**; Bruxelas, Julho/2002.
- CORTEZ, José Henrique- s/d - **O discurso da responsabilidade social** estadao.com.br/acesso 26/4/05
- FERNANDES, Ângela (set/2000) **A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas** – trabalho apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado em Manaus/AM
- FLETA, Luís Solano(1995) - **Fundamentos de las relaciones públicas**, Madri: Editorial Síntesis
- FONSECA, Antônio Adão da (2000) - artigo **Os engenheiros Civis no século XXI - Ética, Moralidade e Deontologia** - Roma - www.eccenet.org
- GRAJEW, Oded (jun/00) **O que é responsabilidade Social** /Mercado Global – SP ano 27 n.7 p.44/50
- IBASE,(1998) **Estratégica Empresarial: Resultados Econômicos com o Desempenho Social**, p.14
- IOSCHPE, Evelyn B. – **As empresas aderem de forma crescente a programas de cidadania empresarial** – Jornal Valor Econômico, SP n.71, p. E2 - 09/08/00.
- HOLANDA, Frederico de e KOHLSDORF, Guntés - s/d - **ARQUITETURA COMO SITUAÇÃO RELACIONAL – Valores arquitetônicos e a historia**
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira em sua monografia **Responsabilidade Social: um olhar para a sustentabilidade** - s/d
- LIMA, Ana Paula de e FIGUEIREDO, Santos B. - artigo publicado no Estado de São Paulo conforme <http://www3.fiemg.com.br/cidadania/conten/noticia> – acesso em 27/4/05 – **A tênue linha que separa as empresas socialmente**
- LIMA JR., Jayme Benvenuto – AGO/2001 - livro **Os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais**

LÜCK, Heloísa - diretora educacional do CEDHAP – centro de desenvolvimento humano aplicado - artigo em www.facaparte.com- **A objetividade da solidariedade na rede de parcerias**

LÜCK, Heloísa – artigo do faça parte <http://facaparte.com> – **As exigências do novo milênio ao ensino brasileiro** - acesso em 05 de abril de 2005

MARTELETO, Regina Maria e RIBEIRO, Leila Beatriz - monografia s/d - **As ONG's no terceiro setor - uma trajetória política - Em informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor**

MICHAELIS:(1998) **moderno dicionário da língua portuguesa**- São Paulo – Cia.Melhoramentos

MONTANA, Patrick e Charnov, Bruce H. (1998) – **Administração São Paulo** Editora Saraiva

NEVES, Manuela Santos - s/d - **Responsabilidade e social: construindo o conceito**

PASCOAL, Luiz Norberto, s/d - **Dividir para somar: a estética da vida.**

PASSADOR ,Claudia Souza – s/d – **A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento**

PÉRISSE, Paulo (05/dez/02) **A cultura da solidariedade: quando começa?** Artigo do Jornal A Tarde

PUSCH , Jaime (2004) - **Cadernos do CREA-PR n.1** - ética e responsabilidade profissional PR : CREA-PR

Revista da **Universidade Federal de Minas Gerais** - Ano 2 - nº. 5 - Junho de 2004 - **Edição Vestibular**

REVISTA CREASP - N. 16 (set/out 2004) - **Voluntariado, um passo à frente**

REVISTA IDEIAS& PESSOAS - www.mfn.com.br/ip – acesso 27/04/2005

SANTANA, Silvio R - http://www.dedbrasil.org.br/body_bibliot.htm – **Custo Social da Desertificação**

SENGE, Peter (RJ -1997) **Sete hábitos de pessoas eficazes**

UFPR – www.ufpr.org.br acesso em 16/nov/2006

VILLELA, Milú – artigo publicado na Folha de São Paulo em 03/fev/05 - **O tsunami nosso de cada dia**

Editorial – uol Joinville – 25/26/dezembro/02 – acesso em 20/abril/2005 – O mito do espírito natalino

www.cefetpr.br - acesso em 10/fev/2004

http://www.pr.senac.br/institucionais/acoes_estrategicas/pets/ acesso em 26/04/05

<http://www.comtexto.com.br> e livro **Comunicação Empresarial: Teoria e Pesquisa**, publicado pela Editora Manole, 2003

Vantagens – **Tudo pelo Social? Equipe plug** – <file:///A:\Responsabilidade Social.htm>

Voluntariado de São Paulo, Centro de – acesso em 05/abril/05

YOUNG, Ricardo – **Franquia Social** – Revista marketing Cultural, São Paulo, n.34 – p.9 – abril/2000



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia do
Estado do Paraná.